



11

**MINUTA DA ATA N.º 07/XIII-1º/2021-25**

1 - Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, pelas 21H15, na Escola Básica e Secundária Professor Ruy Luís Gomes, sita na avenida Professor Ruy Luís Gomes, no Laranjeiro, realizou-se a Primeira Reunião da Sessão Ordinária de Fevereiro da Assembleia Municipal com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

2 - Período de Antes da Ordem do Dia

3 - Período da Ordem do Dia

3.1 – Eleição do Presidente de Junta em representação das freguesias do Concelho no Conselho Municipal de Educação de Almada e suplente;

3.2 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal;

3.3 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Plano Anual de Atividades para 2022 – Provedor dos Animais do Município de Almada”;

3.4 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Reabilitação Urbana e Recuperação de Imóveis. Relatório de Monitorização da ORU de Cacilhas”;

3.5 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Reabilitação Urbana e Recuperação de Imóveis. Relatório de Monitorização da ORU do Monte de Caparica”;

3.6 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Reabilitação Urbana e Recuperação de Imóveis. Relatório de Monitorização da ORU do Porto Brandão”;

3.7 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Reabilitação Urbana e Recuperação de Imóveis. Relatório de Monitorização da ORU do Pragal”;

3.8 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Reabilitação Urbana e Recuperação de Imóveis. Relatório de Monitorização da ORU da Sobreda”;

3.9 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Pedido de prorrogação do prazo para a concretização da transferência de competências para o Município no domínio da Ação Social”.

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão e pelos Secretários Paulo Viegas e Ana Paula Silva.

3 – Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 40º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações das Senhoras Deputadas Municipais Marta Cortez dos Santos (PS) e Inês Pezarat Correia Borr (BE), informando da impossibilidade de estarem presentes, solicitando a sua substituição.



4.1.1 – Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Olga Natália Maia Mariano (PS) e Pedro Miguel Celestino Pereira (BE).

4.1.2 – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.

4.2 - O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia que a Senhora Vereadora Maria das Dores Marques Banheiro Meira não pode estar presente sendo substituída pelo Senhor Vereador Tiago David Costa Galveia e da Senhora Vereadora Joana Mortágua sendo substituída pelo Senhor Vereador Jefferson Oliveira.

4.3 –Relativamente aos Requerimentos dos Senhores/as Deputados/as Municipais dirigidos à Câmara Municipal, o Senhor Presidente informou que:

4.3.1 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Margarida Paulos (PAN) sobre “Esclarecimento acerca do lançamento de fogos de artifício na passagem de ano de 2021 para 2022”, enviado para a Câmara Municipal em 24/01/2022, foi respondido no dia 18/02/2022;

4.3.2 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) “Saída da GNR do castelo de Almada e a Reabilitação do Imóvel de interesse histórico para a cidade pelo Programa REVIVE”, enviado para a Câmara Municipal em 04/02/2022, ainda não foi respondido;

4.3.3 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) “Julgados de Paz em Almada”, enviado para a Câmara Municipal em 04/02/2022, ainda não foi respondido;

4.3.4 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) “Aquisição de terrenos e início do projeto Almada Cidade da Água na Margueira em Cacilhas”, enviado para a Câmara Municipal em 04/02/2022, ainda não foi respondido;

4.3.5 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) “Requalificação das Baterias de Alpena e Raposeira na Trafaria”, enviado para a Câmara Municipal em 04/02/2022, ainda não foi respondido;

4.3.6 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) “Solicitação de documentação relativa a processo de requalificação urbana (Processo nº 94/58”, enviado para a Câmara Municipal em 04/02/2022, ainda não foi respondido;

4.4 – Referiu ainda o Senhor Presidente a distribuição dos registos de expediente da Assembleia Municipal aos/às Senhores/as Deputados/as Municipais.

4.5 – Foram distribuídas atempadamente as Atas nº 04/XIII-1º/2021-25, 05/XIII-1º/2021-25 e 06/XIII-1º/2021-25 e colocadas à votação, tendo sido aprovadas por unanimidade, e ratificadas as respetivas Minutas, nos termos do nº 2 e 3, do artigo 34º, do Código do Procedimento Administrativo.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.



**5.1 – Usaram da palavra os/as Senhores/as Múncipes João Rocha, Soraia Tender, João Teixeira, Celda Franco, Idália Silva e Pedro Rebelo.**

**5.2 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal.**

**5.3 – Usaram ainda da palavra os Senhores Deputados Municipais João Geraldês (CDU), Karim Quintino (BE) e Pedro Matias (PS).**

**6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.**

**6.1 – A iniciar o período foram apresentados Votos de Pesar:**

**6.1.1 - Pelo falecimento de António Dias Belo Gonçalves, apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Luís Daniel Jacinto (CDU) (Anexo 1);**

**6.1.2 - Pelo falecimento de Jaime Serra, apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Joaquim Judas (CDU) (Anexo 2).**

**6.1.3 – Pelo falecimento de José Manuel Cacho Rodrigues, apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Henrique Margarido (PS) (Anexo 3).**

**6.2 - Não havendo pedidos de palavra foi verificado o quórum e passou-se à votação dos documentos, tendo sido aprovados por unanimidade.**

**6.3 – Seguiu-se um minuto de silêncio proposto pelo Presidente da Mesa.**

**6.4 – Para apresentar moções, deliberações e demais votos usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais:**

**6.4.1 – A Senhora Deputada Municipal Paula Galvão (PSD) para apresentar a Moção “Água é Vida” (Anexo 4);**

**6.4.2 – A Senhora Deputada Municipal Paula Galvão (PSD) para apresentar a Moção “Pela extensão do Metro Sul do Tejo” (Anexo 5);**

**6.4.3 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Paulos (PAN) para apresentar a Recomendação “Programa Municipal para a Educação Ambiental e Proteção Animal” (Anexo 6);**

**6.4.4 – A Senhora Deputada Municipal Sónia Silva (CDU) para apresentar a Moção/Deliberação “Vigilantes da Natureza imprescindíveis à proteção e conservação da natureza” (Anexo 7);**

**6.4.5 – A Senhora Deputada Municipal Ana Luísa Rodrigues (CDU) para apresentar a Saudação “8 de Março – Dia Internacional de Mulher” (Anexo 8);**



6.4.6 – O Senhor Deputado Municipal Bruno Ramos Dias (CDU) para apresentar a Moção/Deliberação “Contra o desemprego e pela integração com vínculo efetivo das Auxiliares de Ação Educativa dos equipamentos de infância sob responsabilidade da Câmara Municipal de Almada” (Anexo 9);

6.4.7 – O Senhor Deputado Municipal Bruno Ramos Dias (CDU) para apresentar a Moção/Deliberação “Pela atribuição do Suplemento de Insalubridade e Penosidade sem discriminações para os Trabalhadores” (Anexo 10);

6.4.8 – A Senhora Deputada Amélia Pardal (CDU) para apresentação da Recomendação “Conservação de Equipamentos Desportivos Municipais” (Anexo 11);

6.4.9 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) para apresentação da Moção “Contra o Desperdício da Água” (Anexo 12);

6.5. – No debate sobre os documentos apresentados usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais António Pedro Maco (CDS-PP) (referiu apresentar Declaração de Voto); Nuno Mendes (Chega) (referiu apresentar Declaração de Voto); Karim Quintino (BE); Margarida Paulos (PAN); António Salgueiro (PSD); Ivan Gonçalves (PS); João Geraldês (CDU); João Couvaneiro (PS); Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira; Presidente da Câmara Municipal.

6.5.1 - O Senhor Vereador António Matos usou da palavra em defesa da honra.

6.5.2 – A Senhora Presidente da Câmara e o Senhor Deputado Municipal João Couvaneiro (PS) usaram ainda da palavra.

6.6 – Não havendo mais pedidos de palavra, e após verificação do quórum, procedeu-se à votação dos documentos apresentados, tendo-se registado os seguintes resultados:

6.6.1 - A Moção “Água é Vida”, foi aprovada por unanimidade.

6.6.2 - A Moção “Pela extensão do Metro Sul do Tejo”, foi aprovada por unanimidade.

6.6.3 - A Recomendação “Programa Municipal para a Educação Ambiental e Proteção Animal”, foi aprovada por unanimidade.

6.6.4 - A Moção/Deliberação “Vigilantes da Natureza imprescindíveis à proteção e conservação da natureza”, foi rejeitada por maioria e votada por pontos:

6.6.4.1 – Os Considerandos foram rejeitados por maioria com 21 votos contra sendo 17 do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Presidentes das Uniões e Junta de Freguesia que o integram, 3 do Grupo Municipal do PSD e 1 do Deputado Municipal do CDS-PP; 1 abstenção da Deputada Municipal do PAN e 16 votos a favor sendo 11 do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 do Grupo Municipal do BE e 2 do Grupo Municipal do Chega;



6.6.4.2 – Os pontos 1, 2 e 3 foram rejeitados por maioria com 21 votos contra sendo 17 do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Presidentes das Uniões e Junta de Freguesia que o integram, 3 do Grupo Municipal do PSD e 1 do Deputado Municipal do CDS-PP e 17 votos a favor sendo 11 do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 do Grupo Municipal do BE, 2 do Grupo Municipal do Chega e 1 da Deputada Municipal do PAN.

6.6.4.3 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) referiu o envio de uma Declaração de Voto.

6.6.5 – A Saudação “8 de Março – Dia Internacional de Mulher”, foi aprovada por unanimidade.

6.6.6 – A Moção/Deliberação “Contra o desemprego e pela integração com vínculo efetivo das Auxiliares de Ação Educativa dos equipamentos de infância sob responsabilidade da Câmara Municipal de Almada”, foi aprovada por maioria com 14 votos a favor sendo 11 do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra e 3 do Grupo Municipal do BE; 1 voto contra do Deputado Municipal do CDS-PP e 23 abstenções sendo 17 do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Presidentes das Uniões e Junta de Freguesia que o integram, 3 do Grupo Municipal do PSD, 2 do Grupo Municipal do Chega e 1 da Deputada Municipal do PAN.

6.6.7 – A Moção/Deliberação “Pela atribuição do Suplemento de Insalubridade e Penosidade sem discriminações para os Trabalhadores”, foi rejeitada por maioria e votada por pontos:

6.6.7.1 – Os considerandos foram rejeitados por maioria com 21 votos contra sendo 17 do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Presidentes das Uniões e Junta de Freguesia que o integram, 3 do Grupo Municipal do PSD e 1 do Deputado Municipal do CDS-PP; 17 votos a favor sendo 11 do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 do Grupo Municipal do BE, 2 do Grupo Municipal do Chega e 1 da Deputada Municipal do PAN;

6.6.7.2 – O ponto 3 foi rejeitado por maioria com 21 votos contra sendo 17 do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Presidentes das Uniões e Junta de Freguesia que o integram, 3 do Grupo Municipal do PSD e 1 do Deputado Municipal do CDS-PP; 15 votos a favor sendo 11 do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 do Grupo Municipal do BE e 1 da Deputada Municipal do PAN e 2 abstenções do Grupo Municipal do Chega.

6.6.7.3 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) referiu o envio de uma Declaração de Voto.

6.6.7.4 - O Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (Chega) referiu o envio de uma Declaração de Voto.

6.6.8 – A Recomendação “Conservação de Equipamentos Desportivos Municipais”, foi rejeitada por maioria com 21 votos contra sendo 17 do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Presidentes das Uniões e Junta de



## MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Freguesia que o integram, 3 do Grupo Municipal do PSD e 1 do Deputado Municipal do CDS-PP; 15 votos a favor sendo 11 do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 do Grupo Municipal do BE e 1 da Deputada Municipal do PAN e 2 abstenções do Grupo Municipal do Chega.

6.6.8.1 - O Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (Chega) referiu o envio de uma Declaração de Voto.

6.6.9 – Moção “Contra o Desperdício da Água”, foi aprovada por unanimidade.

7. Tendo atingido a hora regimental de termo da reunião, sendo cerca das 00H30, deu-se por concluída a Primeira Reunião da Sessão Ordinária de fevereiro da Assembleia Municipal, prosseguindo o cumprimento da agenda na Segunda Reunião, prevista para 23 de fevereiro, pelas 21H15.

8 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros, da Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira, dos Vereadores Senhores/as José Pedro Ribeiro, Francisca Parreira, Filipe Pacheco, Nuno Matias, António Matos, José Luís Matos, Helena Azinheira, Tiago Galveia e Jefferson Oliveira.

9 – Foi verificada a presença de cerca de 25 munícipes. A sessão foi transmitida em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa

10 - Por ser verdade se elaborou a presente Minuta da Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE \_\_\_\_\_

O 1º SECRETÁRIO \_\_\_\_\_

A 2ª SECRETÁRIA \_\_\_\_\_



A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'A' followed by a vertical line and a horizontal stroke.

### **Voto de Pesar (Pelo falecimento de António Dias Belo Gonçalves)**

António Dias Belo Gonçalves faleceu no passado dia 30 de Janeiro, aos 79 anos de idade.

Nascido em Vila Velha de Ródão a 17 de Maio de 1942, cedo se fixou em Almada e na sua Cova da Piedade, terra que adotou e serviu ao longo de praticamente toda a sua vida.

Contabilista de profissão, António Belo era ativo militante do Partido Comunista Português. Nessa qualidade foi eleito autarca pela primeira vez para a Assembleia de Freguesia da Cova da Piedade, em Janeiro de 1983, integrando as listas da Aliança Povo Unido (APU).

Na sua primeira experiência autárquica integrou o Executivo da Junta de Freguesia da Cova da Piedade como Vogal, mandato que exerceu entre Janeiro de 1983 e Janeiro de 1986.

António Belo foi posteriormente eleito Presidente da Junta de Freguesia da Cova da Piedade ao longo de cinco mandatos sucessivos, entre Janeiro de 1986 e Fevereiro de 2007, tendo integrado a Assembleia Municipal de Almada por inerência de funções.

Em Fevereiro de 2007, no final do segundo ano do desempenho de funções do seu quinto mandato como Presidente da Junta de Freguesia da Cova da Piedade, renunciou por decisão própria ao mandato, sendo substituído por Ricardo Louçã.

Na sua qualidade de Presidente da Junta de Freguesia da Cova da Piedade, António Belo foi um dos organizadores e mais ativos intervenientes nas Jornadas de Estudo do Concelho de Almada, realizadas em 1989.

Ainda na qualidade de autarca, António Belo foi Vice-Presidente do Conselho Diretivo da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) no mandato de 2001 a 2005 e Vogal do mesmo Conselho Diretivo no mandato seguinte, de 2005 a 2007.

Foi ainda membro ativo do Conselho Municipal de Segurança de Almada, reconhecido associativista com amplo trabalho realizado no âmbito da promoção, apoio e desenvolvimento do Movimento Associativo Popular, era sócio ativo da Sociedade Filarmónica União Artística Piedense desde Março de 1974, e do Clube Desportivo da Cova da Piedade desde 1972, tendo sido já este ano agraciado com o Emblema de Ouro de 50 anos de associado daquela Instituição Desportiva e Cultural da Freguesia da Cova da Piedade e do Concelho de Almada, e foi membro da União dos Resistentes Antifascistas (URAP).

António Belo foi distinguido com a Medalha de Ouro de Mérito e Dedicção do Município de Almada, pelo seu exemplar contributo no desenvolvimento e consolidação do Poder Local Democrático e da sua ação de afirmação e dignificação das autarquias de Freguesia.



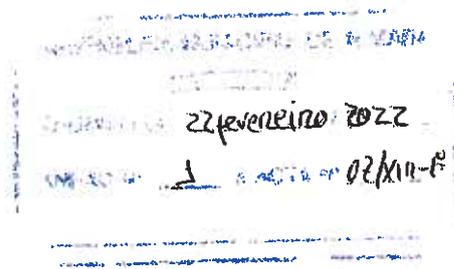
7/1

O Belo, nascido em Vila Velha de Ródão, mas almadense e piedense de corpo inteiro como sempre dizia, é o exemplo, a prova provada de como a política pode ser uma das mais sublimes e nobres expressões da atividade humana, de como pode ser exercida com ideais e convicções, com empenho e dedicação à causa e serviço público firmado nos interesses, necessidades e aspirações dos trabalhadores e das populações.

Assim, a CDU propõe que a Assembleia Municipal de Almada delibere expressar à sua Companheira de sempre, Lurdes, ao seu filho Nuno e a toda a restante Família do Insigne Autarca António Dias Belo Gonçalves, a todos os autarcas do Concelho de Almada, aos seus muitos e muitos amigos e camaradas, e ao Partido Comunista Português, as mais sentidas condolências e a mais ampla solidariedade, neste difícil momento em que perdemos fisicamente de um Homem Bom, mas permanecerá para sempre entre nós o seu exemplo de vida e dedicação à causa e ao bem comum.

Almada, 23 de Fevereiro de 2022

O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal de Almada





71

## VOTO DE PESAR (Pelo falecimento de Jaime Serra)

No dia 9 de fevereiro, aos 101 anos de idade, faleceu Jaime Serra, um dos mais destacados dirigentes do Partido Comunista Português, que dedicou toda a sua vida à luta da classe operária, dos trabalhadores e do povo português. Uma vida dedicada à luta contra o fascismo, pela liberdade e a democracia, por uma sociedade nova.

Começou a trabalhar na construção civil aos 12 anos de idade.

Em 1940 ingressa como operário traçador naval no Arsenal do Alfeite, onde trabalhou até 1947, ano em que passou à clandestinidade na sequência da Greve dos Trabalhadores da Construção Naval de Lisboa de abril desse, em cuja organização e direção participou.

Membro do PCP desde 1936, em Janeiro de 1937, com apenas 15 anos, foi preso pela primeira vez.

Entre 1947 e 1960 foi preso por mais quatro vezes e por quatro vezes conseguiu fugir das cadeias fascistas.

A quarta e última fuga é a histórica fuga da Fortaleza de Peniche, em 3 de Janeiro de 1960, tendo desempenhado responsabilidades na sua preparação, organização e direção no interior da cadeia.

Em Junho de 1962 teve destacado papel na saída clandestina de Portugal de Agostinho Neto e Vasco Cabral, grande iniciativa de solidariedade com os povos em luta pela sua independência.

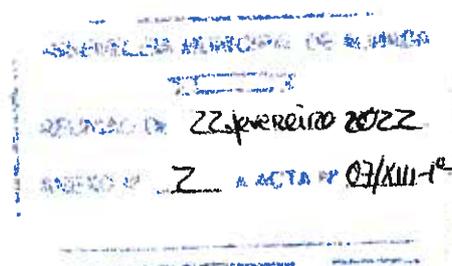
Após a Revolução de Abril de 1974 foi deputado à Assembleia Constituinte e deputado à Assembleia da República pelos distritos de Setúbal e Coimbra até 1983.

Um dos mais destacados exemplos da resistência ao fascismo, da luta pela liberdade e a democracia, Jaime Serra sempre se mostrou corajoso, firme nas suas convicções, confiante na justiça e no triunfo dos ideais a que deu o melhor da sua longa vida. Exemplo de inquebrantável combatividade e firmeza na luta política para as gerações presentes e futuras.

Almada foi importante palco da vida e da luta de Jaime Serra, onde se destacam o Arsenal do Alfeite e fulcrais momentos de ação concertada com as personalidades ímpares de Alfredo Dinis e Gabriel Pedro que o nosso município homenageia na sua toponímia.

Assim, nesta ocasião, a Assembleia Municipal de Almada manifesta o seu pesar pelo desaparecimento físico de Jaime Serra e endereça aos seus quatro filhos e restante família e ao Partido Comunista Português as suas sentidas condolências.

Laranjeiro, 22 de Fevereiro de 2022  
O Grupo Municipal da CDU





12

## Voto de pesar- JOSÉ MANUEL CACHO RODRIGUES

José Manuel Cacho Rodrigues nasceu em Almada em 1933 e apresenta um impressionante percurso de vida com profunda ligação ao movimento associativo, com especial dedicação ao Clube de Instrução e Recreio do Laranjeiro (CIRL).

Como sócio do CIRL desde 1958, foi contabilista a título gracioso (1959/60), vice-presidente da mesa da assembleia geral (1961), presidente do conselho fiscal (1962 e 63), fundador das secções de ginástica e ténis de mesa (1963), vice-presidente da direcção e membro da comissão de obras (1964/65), presidente da direcção (1966/67), presidente da mesa da assembleia geral (1970/71).

De novo presidente da mesa da AG (1973), voltou a presidente da direcção entre 1974 e 1980, época em que fundou a secção de voleibol, foi membro da comissão de gestão (1981/81), seccionista de voleibol (1983/84), outra vez presidente da mesa da assembleia geral (1985/90) e presidente da direcção (1991/93) e foi proclamado Sócio de Mérito do clube em 1993.

Voltou à presidência da direcção mais duas vezes (1993/94 e 1995/96) e foi coordenador geral do Campeonato Europeu de Thonrad (17 países, 300 atletas, em 1994).

Noutras instituições desempenhou cargos de relevo como secretário da mesa do Congresso da Federação Portuguesa de Voleibol, vice-presidente da AG da Associação de Ténis de Mesa de Lisboa, presidente da AG da Associação de Ténis de Mesa de Lisboa, presidente da direcção da Federação Portuguesa das Coletividades de Cultura e Recreio.

Foi ainda membro da Comissão Nacional de Teatro Amador da Secretaria de Estado da Cultura, em representação da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio,

Em representação do CIRL foi presidente da mesa da AG da Associação de Voleibol de Lisboa, e presidente da Comissão Administrativa da Federação Portuguesa de Ténis de Mesa, e membro da Comissão Organizadora do III Congresso Nacional das Colectividades de Cultura e Recreio.

Em representação da Direcção Geral dos Desportos foi presidente da Comissão de Gestão da Associação de Voleibol de Lisboa,

Foi galardoado pela Junta de Freguesia do Laranjeiro pelos serviços sócio-culturais prestados à população, tendo sido igualmente galardoado com a medalha de ouro da cidade de Almada “mérito e dedicação”.



JK

**Assembleia Municipal de Almada**  
**Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista**

Assim, sb a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 22/02/2022, manifesta o seu profundo pesar pelo seu falecimento, transmitindo à sua família, ao movimento associativo e em particular ao Clube de Instrução e Recreio do Laranjeiro, as mais sentidas condolências.

Almada, 22 de Fevereiro de 2022

*O Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista*

ASSISTÊNCIA SOCIAL  
MUNICÍPIO DE ALMADA  
REUNIÃO DA 22.º FEVEREIRO 2022  
SUBJECTO Nº 3 A ASS. Nº 02/111-1º

## MOÇÃO

### Água é Vida

*"Só nos damos conta do valor da água depois de a fonte secar" (Anónimo)*

Todos nós sabemos da importância da água, não só para os seres humanos, mas para toda a Natureza. Embora, aparentemente, o nosso planeta tenha abundância de água, sabemos também que a água potável é mais escassa e uma parte importante da população mundial vive com diversos problemas devido à sua falta.

Assim, é fundamental que o consumo de água seja cada vez mais assente em boas práticas e hábitos como a moderação e aproveitamento deste recurso algo que se torna ainda mais evidente quando verificamos que Portugal está, neste momento, a atravessar uma das mais severas secas das últimas décadas.

É, por isso, importante sensibilizar, reforçar e lembrar aquilo que podemos e devemos fazer para ajudar a minimizar esta situação e a implementar as tais boas práticas e hábitos de forma permanente.

Tendo isto em vista, a Assembleia Municipal de Almada, reunida nos dias 22 e 23 de fevereiro de 2022, delibera o seguinte:

1. Solicitar à Câmara Municipal e aos SMAS de Almada que mantenham e reforcem a sua comunicação de sensibilização para as boas práticas no consumo e utilização da água, usando os vários meios ao seu dispor e conteúdos criativos, impactantes e bem direcionados para maximizar a sua eficácia;
2. Solicitar à Câmara Municipal e aos SMAS de Almada a criação de um Manual de Boas Práticas para o consumo e utilização da água, a utilizar pelos serviços municipais e adaptado ao funcionamento das diferentes equipas (administrativas, técnicas, etc);
3. Recomendar à Câmara Municipal e aos SMAS de Almada o reforço do trabalho de educação e sensibilização sobre este tema, junto das escolas do concelho;
4. Recomendar à Câmara Municipal e aos SMAS de Almada o reforço do trabalho de educação e sensibilização sobre este tema, junto dos comerciantes e empresas do concelho;
5. Solicitar à Câmara Municipal e aos SMAS de Almada a adoção ou reforço de métodos de aproveitamento de águas pluviais, por exemplo, para regas e limpezas;
6. Recomendar aos SMAS de Almada, a prossecução do esforço para investir cada vez mais em infraestruturas uma vez que as roturas são causa de grandes desperdícios de água como tem acontecido, por exemplo, na Costa da Caparica;

Estes são exemplos de ações que importa manter e reforçar mas não podemos nunca esquecer que o esforço deve ser constante e não apenas em momentos em que o problema da falta de água seja mais visível. No fundo, o que é vital é que consigamos implementar em Almada uma cultura de eficiência de gestão dos nossos recursos naturais e de defesa permanente do Ambiente.

O Grupo Municipal do PSD

22/FEV/2022  
4  
07/XIII-P

## MOÇÃO

### Pela Extensão do Metro Sul do Tejo

Os desafios das sociedades modernas e dos territórios desenvolvidos assentam em práticas de descarbonização alicerçadas em sistemas integrados de transportes articulados, planos tarifários competitivos e com uma rede suficientemente ampla e resiliente que seja uma verdadeira alternativa para os potenciais clientes.

Foi com esse objetivo que ainda durante a década de 80 do século passado se começou a defender uma solução de metropolitano ligeiro para a margem sul do Tejo que foi tornada realidade a 18 de abril de 1995 aquando da assinatura do protocolo para o seu desenvolvimento.

O projeto original é o que está ainda em vigor, tendo sido incorporadas apenas alterações de pormenor no traçado que começou a ser operado em 30 de abril de 2007 na linha entre Corroios e a Cova da Piedade sendo o último troço do plano original entrado ao serviço em 26 de novembro de 2008 e não tendo até hoje sido ampliado.

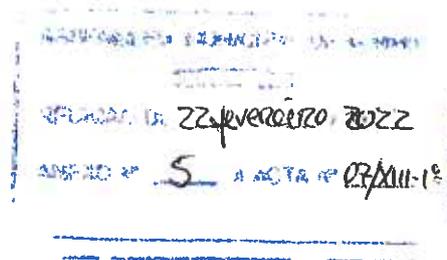
Nos últimos anos outros meios de transporte foram alvo de intervenção estratégica e planos de expansão enquanto o Metro Sul do Tejo foi ficando esquecido por sucessivos governos e decisores políticos, algo que importa ultrapassar, sendo que ainda há bem pouco tempo, em julho de 2021, o atual primeiro-ministro António Costa anunciou que a sua extensão da Universidade até à Costa da Caparica “será uma realidade em breve”.

No entanto, sabendo que ainda não consta de nenhum documento oficial qualquer calendário ou dotação para a expansão urgente deste projeto estruturante e fundamental, importa que os decisores sejam consequentes e concretizem as medidas anunciadas e que são inequivocamente apoiadas por toda a população.

**Tendo isso em vista, a Assembleia Municipal de Almada, reunida nos dias 22 e 23 de fevereiro de 2022, delibera o seguinte:**

**Exigir que o Governo apresente em 2022 publicamente o calendário e o financiamento para a expansão da rede do Metropolitano Sul do Tejo, começando pela sua extensão à Costa da Caparica.**

O Grupo Municipal do PSD



## RECOMENDAÇÃO

### Programa Municipal para a Educação Ambiental e Proteção Animal

A educação e as escolas têm um papel preponderante na promoção da proteção ambiental e animal. Como descrito no programa da Estratégia Local de Educação para a Sustentabilidade de Almada é necessário “contribuir para a formação de uma nova mentalidade da população, e ter como ponto assente a responsabilidade partilhada dos valores ambientais e do respeito pelo Planeta”.

Apesar do grande potencial que a educação tem na formação de cidadãos conscientes e participativos na construção de um mundo mais justo e mais sustentável, a educação ambiental continua a ser uma temática marginal, com atividades esporádicas. No entanto, o momento de urgência climática, apela a uma alteração na relação entre o ser humano, a natureza e os outros seres vivos.

Sabemos que cabe ao Estado assegurar “a integração de preocupações com o bem-estar animal no âmbito da Educação Ambiental, desde o 1.º Ciclo do Ensino Básico”, conforme ficou estabelecido no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 27/2016, de 23 de agosto. No entanto, a introdução destas matérias no município, relacionadas com a proteção animal nas escolas é manifestamente insuficiente. As escolas não têm conteúdos preparados para lecionar esta matéria, por não haver um referencial para a educação sobre o tema do bem-estar animal, pese embora conste na Educação para Cidadania como uma das possíveis matérias a abordar. Em Portugal, os animais já são reconhecidos pelo ordenamento jurídico como seres vivos dotados de sensibilidade e são objeto de proteção jurídica. Estes avanços devem implicar a promoção de políticas públicas vocacionadas para a proteção dos animais, a começar pela educação, contribuindo assim para combater os maus-tratos e o abandono, realidade muito



presente no nosso país.

Por outro lado, a Wildlife Trusts que realizou um estudo em 2019 para Instituto de Educação da University College of London, sobre os benefícios que as crianças têm ao fazer atividades ao ar-livre, concluiu que é importante e necessário, que as crianças tenham no seu quotidiano contacto com a natureza. Este contacto permite-lhes aumentar os níveis de confiança e bem-estar, podendo desenvolver uma conexão pessoal com a natureza e com os animais, e compreender o seu papel no desenvolvimento e defesa da biodiversidade e do bem-estar animal e proteção ambiental.

É necessário criar condições para que os valores de respeito pelo ambiente, animais e diversidade social sejam cada vez mais uma realidade, e sendo Almada um concelho de enorme riqueza ambiental e de elevada diversidade biológica, que é importante proteger e preservar, faz com que se imponha uma revisão e progressiva transformação das políticas educativas. Devemos construir um futuro onde o respeito pela natureza e pelo bem-estar animal seja uma regra incorporada por toda a sociedade e é no dia-a-dia das comunidades educativas que têm de ser incorporadas medidas contínuas e coerentes que levem a práticas mais sustentáveis.

As autarquias, como o “agentes de mudança” na promoção, conhecimento e divulgação alargada da informação sobre problemas ambientais globais, devem **priorizar a consciencialização da comunidade, principalmente a mais jovem, para a sustentabilidade local e global e para a proteção animal.**

**Face ao exposto, vem a Representação Municipal do Partido Pessoas-Animais-Natureza propor que a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 22 e 23 de fevereiro de 2022, delibere recomendar à Câmara Municipal de Almada:**

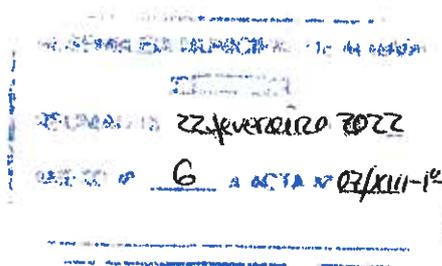
1. A Promoção de um Programa Municipal de Educação Ambiental que integre o domínio do bem-estar animal;
2. A elaboração de conteúdos programáticos específicos que promovam a literacia ambiental e animal nas escolas;
3. Incentivar e apoiar as escolas no desenvolvimento de projetos pedagógicos realizados na natureza e espaços verdes e o contacto regular dos/as alunos/as de todas as escolas do município com animais através de visitas e sessões de voluntariado em associações zoófilas e santuários;
4. Fomentar a capacitação das/os profissionais e encarregadas/os de educação nestes modelos educativos;
5. Integrar casas para pássaros, jardins e hortas nos espaços escolares, fomentando a relação das crianças com os ritmos da natureza e dos animais;
6. Incentivar a integração de animais nas escolas com responsabilidades partilhadas entre a direção, professores, assistentes operacionais e alunos/as, em colaboração com entidades locais de proteção animal;
7. Dotar todas as Escolas com ecopontos e compostores.

Almada, 22 de fevereiro de 2022

**Pessoas - Animais - Natureza**

*Margarida Paulos*

(Deputada Municipal do PAN)





7/2

## **MOÇÃO/DELIBERAÇÃO** **(Vigilantes da Natureza imprescindíveis à proteção e conservação da natureza)**

Assinala-se a 2 de Fevereiro o Dia Nacional do Vigilante da Natureza, corpo de profissionais que desempenha um papel essencial na proteção e conservação dos ecossistemas naturais.

A presença e intervenção destes profissionais no território, assegura o acompanhamento e fiscalização sistemáticos das atividades humanas e a observação e análise do estado de conservação da natureza em domínios tão importantes como a caça, a pesca, os incêndios rurais, e a reflorestação, para além de desempenhar um papel de grande relevância na sensibilização das populações para a necessidade de compatibilizar bem-estar humano com conservação da natureza e gestão dos recursos naturais.

Só um corpo de Vigilantes da Natureza adequado, dotado de profissionais valorizados e dignificados, e de meios e condições de trabalho reforçados, poderá dar expressão a uma verdadeira política de conservação e de proteção do património natural em Portugal.

A secular Mata Nacional dos Medos é Reserva Botânica, criada em 1984, estende-se ao longo da orla litoral desde a Costa de Caparica até à Lagoa de Albufeira, numa extensão de 13 km, cobrindo uma superfície de 1.552 hectares, e abrange os territórios dos municípios de Almada e de Sesimbra.

Em Novembro e Dezembro de 2021 registou-se o abate de centenas de pinheiros mansos em plena reserva botânica, tendo o Governo sido questionado na Assembleia da República sobre os objetivos daquela intervenção e o número de árvores abatidas, a real necessidade para esse abate e o destino das dezenas senão centenas de toneladas de madeira dali retiradas.

Este abate configura uma ação extremamente prejudicial para a prossecução dos objetivos de conservação da natureza, numa área sujeita a fortes pressões humanas.

Em resposta, o Governo justifica a intervenção como “uma ação de restauro, de conservação e valorização de habitats”, admitindo que não foi contabilizado o número de árvores abatidas, o que é surpreendente, considerando que a intervenção se realizou numa área natural protegida.

Não pode deixar de constituir motivo de preocupação geral que tanto o abate de pinheiros mansos como o abate excessivo de arvoredo realizado na Reserva Botânica da Mata dos Medos, possa ter danificado de forma séria, o ensombramento do sub-bosque, com impacto negativo nas diversidades florística e faunística.

Ao mesmo tempo, a utilização de maquinaria muito pesada na zona de intervenção para proceder ao abate de árvores, poderá ter provocado danos elevados em muitas outras árvores, e perturbado a fauna residente neste ecossistema. Vários animais de diferentes espécies selvagens habitantes da mata foram encontrados mortos.

Não pode deixar de causar preocupação, igualmente, a instalação de passadiços, cujo projeto não é conhecido, como não são conhecidos quaisquer estudos de impacto ambiental ou a realização de consulta pública, relativos à instalação destas estruturas e respetivos impactos na fauna e flora da Mata dos Medos.

E não pode deixar de nos preocupar ainda a verificação, em diversas visitas à reserva botânica, da falta de informação pública e a sistemática ausência de equipas de vigilantes da natureza no terreno.



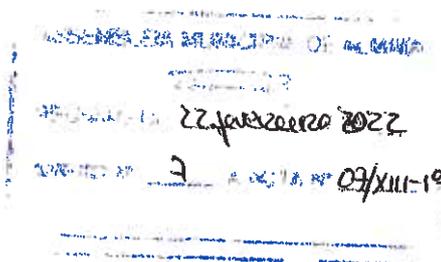
7/d

A conservação da natureza exige a vigilância e sensibilização de utilizadores, limitando a pressão exercida pela presença humana nas suas zonas mais sensíveis, sendo particularmente importante nas épocas de reprodução e nidificação de aves e de nascimento e crescimento de mamíferos, das diferentes espécies habitantes nesta Mata.

Assim, o Grupo Municipal da CDU propõe à Assembleia Municipal de Almada, delibere:

1. Instar o Governo a garantir os recursos humanos para o cumprimento de uma real Política de Conservação da Natureza, através da contratação de recursos humanos, reforço das equipas de vigilância e fiscalização com aumento do número de Vigilantes da Natureza.
2. Solicitar ao Ministério do Ambiente e Ação Climática informação detalhada sobre prazo e extensão da construção e instalação de passadiços na Mata dos Medos, Reserva Botânica classificada desde 1971.
3. Recomendar à Câmara Municipal de Almada, enquanto órgão local a quem compete gerir e zelar pela integridade do território municipal, que assuma a defesa intransigente da Reserva Botânica da Mata Nacional dos Medos em toda a sua estrutura – ambiental, geofísica, da fauna e da flora, nomeadamente pela integral manutenção daquela área natural, contendo a pressão urbanística e protegendo-a de intervenções agressivas e invasoras futuras.

Laranjeiro, 22 de Fevereiro de 2022  
O Grupo Municipal da CDU





7/2

## **SAUDAÇÃO (8 de Março – Dia Internacional da Mulher)**

A comemoração do Dia Internacional da Mulher tem um profundo significado histórico e uma renovada atualidade que importa dar a conhecer às novas gerações.

Proposto em 1910 por Clara Zetkin – revolucionária alemã, acérrima ativista na defesa dos direitos das mulheres – o Dia Internacional da Mulher tinha como objetivo erigir a luta organizada das mulheres, em cada país, contra a exploração e opressão capitalista, pela conquista de direitos económicos, sociais, políticos e culturais, pela transformação da condição social das mulheres e pela sua emancipação. Um dia para dar força à luta de todos os dias.

Desde então, um longo caminho tem sido percorrido, pelo reconhecimento dos direitos das mulheres, na lei e na vida, pelo desenvolvimento, contra a guerra e pela paz.

Em Portugal a comemoração do 8 de Março foi proibida sendo que os seus primeiros registos datam de 1953 no jornal Avante. A primeira manifestação do 8 de Março realiza-se no Porto em 1962 por um grupo de mulheres democratas e a partir de 1969 é assinalado pelo MDM – Movimento Democrático de Mulheres.

Em 1975, o MDM dinamiza as comemorações desta data em liberdade e democracia, uma data a que um número crescente de organizações e entidades se tem associado.

A atualidade de comemorar o Dia Internacional da Mulher mantêm-se porque é necessário continuar a prevenir e combater a exploração, desigualdades, discriminações e violências que incidem sobre as mulheres. Segundo dados da ONU Mulheres, atualmente as mulheres continuam a ganhar menos 23% que os homens, 1 em cada 3 mulheres já sofreu algum tipo de violência física ou sexual, mais de 200 milhões de mulheres e raparigas foram vítimas de mutilação genital e 12 milhões de raparigas, por mês, são forçadas a casar antes dos 18 anos, o que significa 23 mulheres por minuto, uma a cada 3 segundos. Acresce a gravidade da pobreza, da guerra que atinge muitos países, bem como o tráfico de mulheres e meninas para a prostituição.

Em Portugal, os profundos avanços na situação das mulheres, plasmados na sua forte presença no mundo do trabalho, em áreas como a cultura, a educação, a saúde, a ciência e investigação é acompanhada por obstáculos reais patentes na precariedade laboral, na desvalorização do seu trabalho e das suas competências. A exigência de igualdade no trabalho e na vida e de cumprimento dos direitos das mulheres continua a ser central.

Os órgãos de poder aos seus mais variados níveis têm responsabilidades na promoção da igualdade no trabalho e na vida e pelo cumprimento dos direitos das mulheres.

Os órgãos autárquicos pela sua proximidade à população devem assumir as responsabilidades nas suas esferas de competência na promoção dos direitos das mulheres, na valorização da sua participação aos vários níveis da vida local.

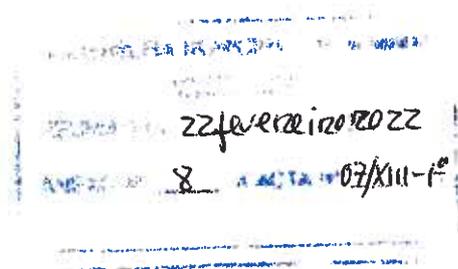


7d

Assim, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária a 22 de Fevereiro de 2022, delibere:

- 1) Saudar nesta data todas as mulheres, trabalhadoras da autarquia, delegadas e dirigentes sindicais e de coletividades, dirigentes de organizações, que vivem, estudam e trabalham em Almada e que assim contribuem para o desenvolvimento e afirmação do concelho.
- 2) Saudar a realização da Manifestação Nacional de Mulheres – a 5 de Março no Porto e a 12 de Março em Lisboa – promovida pelo Movimento Democrático de Mulheres (MDM), sob o lema “exigência de igualdade na vida, os direitos das mulheres não podem esperar”, que afirma importantes denominadores das aspirações de mulheres de diferentes camadas sociais, imigrantes e de diversas etnias.

Laranjeiro, 22 de Fevereiro de 2022  
O Grupo Municipal da CDU





11

**MOÇÃO/DELIBERAÇÃO**  
**(Contra o desemprego e pela integração com vínculo efetivo das Auxiliares de Ação Educativa dos equipamentos de infância sob responsabilidade da Câmara Municipal de Almada)**

No momento atual, existe uma ameaça concreta sobre o futuro de 39 pessoas que diariamente trabalham na educação e no desenvolvimento da infância no Concelho de Almada. São 38 trabalhadoras e um trabalhador, Auxiliares de Ação Educativa em jardins de infância sob responsabilidade da Câmara Municipal de Almada.

Estas trabalhadoras iniciaram funções na sequência de um processo de recrutamento da CMA que teve lugar em 2019, para fazer face a necessidades próprias destes serviços e equipamentos de apoio à infância no Concelho de Almada. Agora, são confrontados com a ameaça do desemprego, com o fim à vista dos seus contratos de trabalho precários – e com a recusa por parte do executivo camarário da sua integração com vínculo efetivo como seria exigível.

Nenhuma justificação tem sido adiantada com fundamento em qualquer projeto educativo para esta opção de mandar estas Auxiliares de Ação Educativa para o desemprego. Mesmo a referência aos “rácios” estipulados pelo poder central para estes equipamentos tem a ver com a garantia mínima de condições de funcionamento, e não com qualquer impedimento à integração de trabalhadores.

Num passado não muito distante, por força das opções políticas de PS, PSD e CDS, as leis da República impunham a proibição geral e transversal para as autarquias locais de admitir pessoal para os seus serviços. Eram encerrados serviços por falta de pessoal, ou eram penalizadas financeiramente os municípios que se atrevessem a desafiar a proibição e a integrar trabalhadores. O Concelho de Almada viveu essas situações.

Numa fase mais recente, com uma diferente correlação de forças na Assembleia da República, foram criadas as condições para a integração de trabalhadores com vínculos precários na Administração Pública – no cumprimento do princípio legal de que a um posto de trabalho permanente deve corresponder um vínculo efetivo.

Mesmo que se trate de uma situação resultante de uma lei injusta, que vem trazer problemas acrescidos para as autarquias e as populações (a Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, aprovada por PS e PSD), a verdade é que existe o quadro normativo que prevê expressamente os mecanismos de integração dos trabalhadores em causa, assegurando com estabilidade os seus postos de trabalho – desde logo, com a aplicação do artigo 60º da Lei nº 75-B/2020 de 31 de dezembro atualmente em vigor.

A informação disponível demonstra claramente que já no quadro atual, fruto da insuficiência de meios humanos, é muito frequente as Auxiliares de Ação Educativa serem confrontadas (tantas vezes, em cima do acontecimento) com a necessidade de se



7/1

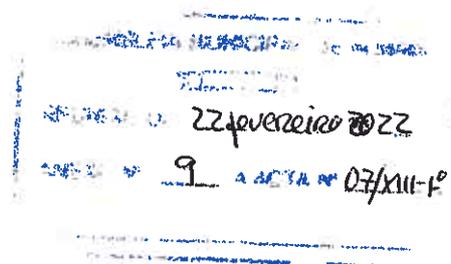
desloquem para outras salas ou até outros jardins de infância, deslocando-se pelo concelho para responder às necessidades do serviço. Quando alguns tentam repetir o chavão de que “há trabalhadores a mais”, a realidade impõe-se e demonstra que os trabalhadores fazem falta e têm de ser valorizados.

Pela força e pela verdade das palavras proferidas pelos trabalhadores da Câmara Municipal de Almada na posição assumida pelo Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local a propósito deste processo, reproduzimos aqui essas mesmas palavras, para que sejam lidas e ouvidas por todos:

“Limpam lágrimas e alimentam sorrisos de crianças, recebem e entregam as crianças das e nas mãos dos pais que procuram porto seguro e estável para os seus rebentos. Fazem parte da estrutura da educação em Almada, são tão importantes quanto qualquer das partes que a compõem. Por tudo isto merecem estabilidade, estas trabalhadoras e toda a comunidade educativa. (...) A questão é clara, o executivo tem de reconhecer a permanência das funções, lançar o concurso e integrar no mapa de pessoal”.

Assim, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária a 22 de fevereiro de 2022, delibere:

1. Manifestar a sua solidariedade para com as Auxiliares de Ação Educativa confrontadas com a ameaça do desemprego.
2. Recomendar à Câmara Municipal de Almada que, com a máxima urgência, determine a aplicação das normas legais em vigor para a integração das trabalhadoras em causa.





12

## **MOÇÃO/DELIBERAÇÃO (Pela atribuição do Suplemento de Insalubridade e Penosidade sem discriminações para os Trabalhadores)**

A luta dos trabalhadores da Administração Pública, e nomeadamente da Administração Local, pela atribuição de um suplemento de insalubridade, penosidade e risco é uma luta de mais de duas décadas.

Trata-se de uma aspiração antiga dos trabalhadores que, por razões inerentes ao conteúdo funcional das suas profissões, designadamente a sua natureza, meios utilizados, fatores ambientais, ou razões resultantes de fatores externos, fazem o seu trabalho em situações que podem provocar um dano excecional à sua saúde.

Ao contrário do que alguns quiseram (ou ainda querem) fazer crer, este Suplemento não constitui nenhum privilégio - mas sim um direito dos trabalhadores, um forte contributo para a dignificação do trabalho e uma justa compensação pelo conteúdo e natureza das funções em causa.

Em 1998, foi aprovado um decreto-lei que previa a atribuição de tal Suplemento, mas que nunca foi concretizado. Os trabalhadores e as suas organizações nunca deixaram de exigir o seu cumprimento.

Com a epidemia da COVID-19, ficou mais claro o valor dos serviços públicos, a sua importância e o risco que algumas profissões têm para que os municípios pudessem viver com o mínimo de normalidade e qualidade de vida.

Na sequência da proposta do PCP, com a correlação de forças que se verificava na Assembleia da República, o Suplemento foi finalmente aprovado - embora com limitações e insuficiências que foram apontadas desde a primeira hora: primeiro em 2020 na Lei do Orçamento do Estado, depois em legislação específica (decreto-lei n.º 93/2021, de 9 de novembro).

No entanto, estas mesmas limitações e insuficiências, que resultaram das opções do Governo PS, acabaram por se tornar ainda mais graves na sua aplicação até à data, por parte do atual Executivo da Câmara Municipal de Almada.

Se à partida são inadmissíveis as injustiças da própria legislação - como a retirada do próprio conceito de risco, ou situações como a exclusão de todo e qualquer assistente técnico ou técnico superior, por mais gravosa que seja a penosidade ou insalubridade do seu trabalho - mais inaceitável se torna a aplicação injusta e incoerente dessas normas por uma Autarquia.

Excluir trabalhadores da atribuição deste Suplemento pelo simples facto de estarem integrados noutra departamento ou divisão - embora realizando trabalho idêntico - é injusto e inaceitável.



7/2

Excluir trabalhadores da atribuição deste Suplemento por não serem assistentes operacionais – embora estando sujeitos a condições de indesmentível e indiscutível situação de penosidade e insalubridade – é injusto e inaceitável.

Discriminar trabalhadores na atribuição deste Suplemento, determinando valores diferenciados em função de critérios de fraco fundamento, é injusto e inaceitável.

O que é justo e exigível é definir a atribuição do Suplemento, face às características do conteúdo funcional do posto de trabalho em causa. Tal implica corrigir a Legislação e torná-la mais justa – mas desde logo aplicar a Legislação de forma justa: atribuindo o Suplemento a todos os trabalhadores que a Lei permite, pelo nível elevado que está previsto.

Por outro lado, é indispensável que em cada momento (isto é, em cada ano) as autarquias tenham em conta o pronunciamento dos trabalhadores e suas organizações sindicais, na base de propostas que devem ser apresentadas na íntegra.

Nos momentos mais duros da pandemia, estes trabalhadores estiveram sempre no desempenho das suas funções, confirmando o valor essencial do trabalho. A resposta e o reconhecimento pela sua entrega, dedicação e profissionalismo têm de ir para além de “aplausos à janela”: têm de passar pela valorização concreta e objetiva dos direitos, das carreiras e das condições de trabalho.

Assim, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária a 22 de fevereiro de 2022, delibere:

1. Manifestar a sua solidariedade e reconhecimento para com todos os trabalhadores do Município de Almada, e em particular para com todos os que são sujeitos a condições de penosidade, insalubridade e risco.
2. Pronunciar-se pela necessidade urgente da revisão e correção do normativo legal em vigor, nomeadamente o decreto-lei nº 93/2021, de 9 de novembro, no sentido de eliminar as injustas exclusões e discriminações que penalizam tantos trabalhadores da Administração Local na atribuição do Suplemento em causa.
3. Recomendar à Câmara Municipal de Almada que, ouvindo e tendo em conta a posição dos representantes sindicais dos trabalhadores, seja assumida a opção de atribuir o Suplemento Remuneratório em causa a todos os trabalhadores que a Legislação permita, pelo nível elevado sem discriminações.

22 fevereiro 2022  
10



1/2

## **RECOMENDAÇÃO (Conservação de Equipamentos Desportivos Municipais)**

É do conhecimento público que as Piscinas Municipais na Charneca de Caparica se encontram encerradas ao usufruto da população há bastante mais de um ano.

Chegou recentemente ao nosso conhecimento, que também as Piscinas Municipais na Sobreda (Vale Figueira) encerraram ao público por dificuldades técnicas não especificadas, embora tenham já retomado a sua atividade.

Sabemos, também, que se mantêm dificuldades de funcionamento relativamente às águas quentes nos balneários das Piscinas Municipais do Complexo Municipal dos Desportos “Cidade de Almada”.

Recebemos, entretanto, um conjunto de informações relativas a inúmeras deficiências registadas na Pista Municipal de Atletismo na Sobreda, que o Clube Amigos do Atletismo da Charneca de Caparica fez chegar aos eleitos da CDU, na sequência de reuniões realizadas com técnicos, dirigentes e o próprio Vereador responsável pelo Pelouro do Desporto, não terem permitido avançar qualquer passo no sentido da sua superação, pelo menos de forma visível.

Não vamos referir todas as deficiências, identificadas aliás por todos os clubes que utilizam a Pista Municipal de Atletismo, porque elas foram já formalmente objeto de informação à Câmara Municipal, pelo que são certamente do conhecimento pleno da Sr.<sup>a</sup> Presidente e dos Srs. Vereadores com responsabilidades de gestão.

Mas não deixaremos de referir, para quem nos ouve e desconhece a realidade, que essas dificuldades afetam desde as infraestruturas da pista aos equipamentos desportivos – anemómetros, painel de tempos eletrónicos, barreiras, falta de bolas medicinais para treino, falta de engenhos de lançamentos, entre muitas outras –, incluindo-se no rol de problemas o próprio ordenamento exterior do estacionamento, que, pasme-se, constitui um evidente constrangimento, em particular para o treino e prática das diferentes modalidades de lançamento.

Sr.<sup>a</sup> Presidente, ouvimo-la com regularidade – e com alguma ironia reconhecemos –, referir-se ao facto do Concelho de Almada não possuir nenhum equipamento desportivo que permita a prática de alta competição. Lamenta, diz a Sr.<sup>a</sup>, esse facto.

Um facto que, afinal, nem sequer adere à realidade das coisas, já que há poucos dias se realizou em Almada, no Complexo Municipal dos Desportos “Cidade de Almada”, uma competição de altíssimo nível internacional, uma competição mundial, o Grande Prémio de Portugal em Judo, integrado no circuito mundial da modalidade. Uma prova de primeiro nível internacional, onde os atletas portugueses voltaram a brilhar com intensidade, incluindo uma atleta nascida e formada – enquanto mulher e cidadã, e enquanto atleta de alta competição – em Almada. Uma atleta que conseguiu obter mais uma entre dezenas de medalhas ao nível mundial que possui na sua carreira. Dispensaríamos referir o seu nome, tão conhecido ele é, mas entendemos que devemos fazê-lo em jeito de homenagem: falamos, obviamente, da Telma Monteiro.



12

E chegamos ao ponto que pretendíamos. Sr.<sup>a</sup> Presidente, a alta competição só pode acontecer se existirem condições para a formação e para o treino dos atletas com aptidões para alcançarem esse nível competitivo. Sem formação e sem treino, jamais lá chegarão.

Mas a formação e o treino não podem dirigir-se apenas a esse objetivo. É necessário, por um lado, considerar que existe também a competição a outros níveis – local, regional, nacional –, e é sobretudo necessário considerar que a formação e o treino devem voltar-se, no essencial, para a promoção da prática salutar do desporto dirigida a todos os cidadãos, independentemente dos resultados desportivos que possam atingir em qualquer competição.

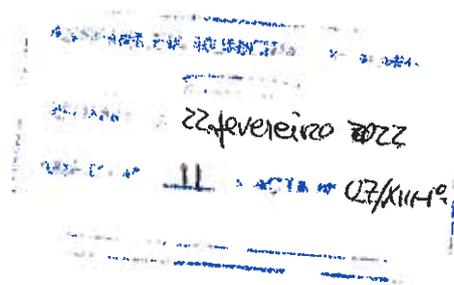
Sim, Sr.<sup>a</sup> Presidente, falamos de desporto para todos enquanto direito constitucional que é assegurado desde 1976! É disso que falamos.

A Pista Municipal de Atletismo – como os outros equipamentos desportivos municipais – poderão não ter condições para a prática de algumas competições – não todas, como vimos – de alta competição. Mas têm, seguramente, as condições, e sobretudo têm a vocação, de proporcionar as oportunidades e os necessários requisitos para que os cidadãos, todos os cidadãos, possam aceder à prática desportiva com o apoio técnico adequado, e quem sabe, um dia atingirem carreiras de nível internacional, como acontece com a Telma Monteiro de quem já falámos.

E por isso não podemos deixar de lamentar profundamente o estado de degradação que os equipamentos municipais de desporto hoje apresentam, e que aqui em síntese sublinhámos.

Assim, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal de Almada recomende à Câmara Municipal que desenvolva com a urgência necessária um plano bem estruturado, coerente e consistente, que garanta a manutenção e conservação adequada dos equipamentos municipais de desporto, de modo a assegurar a prestação de um serviço público que é dever do Município, e simultaneamente garantir o exercício de um direito constitucional dos Almadenses e de todos os Portugueses.

Almada, 22 de Fevereiro de 2022  
O Grupo Municipal da CDU



11



**CDS-PARTIDO POPULAR**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMADA**  
**Moção**  
**CONTRA O DESPERDÍCIO DA ÁGUA**

Sendo a água fonte da vida, elemento essencial para a manutenção de todas as espécies e da Natureza à face da terra, é imperativo que a acção humana seja direccionada para a criação de medidas urgentes e enérgicas fundamentais para inverter este ciclo negativo com potenciais danos irreversíveis futuros para a sobrevivência do planeta.

Deste modo, é já um facto inquestionável, e muito preocupante, os problemas e constrangimentos a nível global causados pela falta de água em determinados pontos do mundo muito em resultado e consequência do mau uso que se faz do recurso natural e do desperdício abundante, grande parte das vezes sem critérios objetivos e sem planeamento adequado e em conformidade com as boas práticas ambientais.

A diminuição do caudal e leito dos rios e a água das barragens são bem o exemplo de como a natureza está a mudar e de como a água começa a tornar-se um recurso muito mais escasso do que alguma vez se poderia equacionar, justificando-se assim, de futuro, uma nova forma de encarar este recurso tão precioso para a continuidade da vida humana, animal e vegetal.

Apesar existir nas sociedades nos dias de hoje uma maior consciencialização para os perigos do mau uso e desperdício dos recursos naturais, o combate à escassez da água e ao seu desperdício deve ser intensificado e devidamente planeado, pois os resultados actuais demonstram bem que muito ainda há por concretizar na mudança de paradigma.

O grave problema manifestado através da escassez de chuva intensifica ainda mais a necessidade de novas políticas e medidas locais, nacionais e internacionais que minimizem o forte impacto negativo que a falta de água tem na vida do planeta, Portugal não é excepção e vive no momento, uma grave crise de seca que afecta toda a economia tal como a agricultura e a vida animal dependente do recurso.

A aposta na reciclagem quer na água doméstica consumida nos lares quer a água utilizada pelas entidades públicas na prossecução diária da missão ou ainda na indústria e sectores onde a água é usada em larga escala, tem de ser devidamente planeada de

12

forma a acautelar o seu desperdício ao mesmo tempo que mitiga a factura financeira, otimizando mais recursos que podem ser canalizados para outros investimentos.

O cuidado com a contaminação dos solos com químicos nocivos altamente perigosos para a saúde, o cuidado com a contaminação dos lençóis freáticos e com a poluição dos rios e oceanos, entre outras, deverá constar das medidas prioritárias a adoptar e a reforçar para que a água seja um bem natural ao dispor da vida humana em perfeito equilíbrio com as suas verdadeiras necessidades.

Também as autarquias e o poder local têm um papel preponderante na forma como se usa e se gasta a água.

A criação e o reforço da informação pública e de campanhas junto das populações locais para a necessidade da contenção do desperdício de água e dos recursos hídricos deve continuar, com o objetivo de criar novos hábitos aproveitando quer as novas tecnologias quer o passa-a-palavra junto dos mais novos, preservando o futuro do planeta com as novas gerações.

Perante estes factos, a Assembleia Municipal de Almada reunida nos dias 22 e 23 de Fevereiro de 2022, na localidade do Laranjeiro, vem deste modo:

- 1 - Reconhecer a importância vital que o recurso natural Água tem para a vida humana, animal e vegetal ao nível planetário**
- 2 - Reconhecer o grave problema que a falta de água e o seu desperdício descontrolado tem para manutenção do recurso em condições adequadas para a continuação de um planeta saudável e sustentável**
- 3 - Recomendar à Câmara Municipal de Almada que prossiga e reforce todos os meios necessários e devidamente adequados para fazer face ao desperdício de água no concelho**
- 4 - Recomendar à Câmara Municipal de Almada que prossiga e reforço e informação e divulgação de boas práticas do uso e utilização do recurso água junto da população**

O Deputado Municipal do CDS-Partido Popular  
Laranjeiro, 21 de Fevereiro de 2022

